

Património geológico e turismo: como potenciar interrelações e dinamizar o desenvolvimento rural nos Açores

Luís Rodrigues Costa^(*)
A. Oliveira das Neves^(**)
Magda Porta^(***)

Resumo

Esta comunicação tem um ponto de partida: os territórios têm recursos com valia própria, reconhecida dentro e fora, mas frequentemente não beneficiam do aproveitamento e valorização que o seu potencial latente justificaria.

Os recursos do património geológico (os fenómenos geológicos) dos Açores podem ser um exemplo-tipo dessa realidade como o comprova o facto de nunca terem germinado na Região, de modo estruturado, actividades de geoturismo que a riqueza e diversidade daqueles fenómenos tenderia a justificar.

As inter-relações entre património geológico e turismo, por um lado, e entre este par e o desenvolvimento rural, por outro lado, têm nos Açores um contexto favorável de potencialidades, gerador de actividades e de ocupações/empregos. A afirmação desse potencial não pode, todavia, ignorar a relevância da problemática ambiental tanto na envolvente dos recursos geológicos, como no próprio condicionamento do desenvolvimento rural do Arquipélago.

Recursos do território e valorização económica

A problemática da valorização dos “activos do território” tem motivado o interesse analítico e prospectivo de vários teóricos da ciência regional, designadamente Bernard Pecqueur¹, George Benko, Vasquez Barquero e, em Portugal, Mendes Baptista², A. Rosa Pires, entre outros.

Na estruturação desta problemática, colocam-se (entre outros, certamente) dois tipos de questões de natureza diferente:

- ☒ O conceito e a composição dos recursos do território que, numa perspectiva abrangente, poderão incluir os recursos naturais e produtivos, de património

^(*) Engenheiro de Minas. Assessor da D.G. de Geologia e Energia.

^(**) Economista. Investigador do IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

^(***) Engenheira Zootécnica. Colaboradora permanente do IESE.

¹ PECQUEUR, Bernard et al (1996), *Dynamiques territoriales et mutations économiques*, L'Harmattan, Paris.

² BAPTISTA, A. J. Mendes (1999), *Políticas para o Desenvolvimento do Interior – um contributo para o PNDES 2000/2006*, C.C.R. Centro, Coimbra.

natural e construído, demográficos, relacionais e de iniciativa, mas também recursos institucionais.

- ☑ O aproveitamento e a valorização social e económica dos recursos do território, que pressupõem a gestão de iniciativas e a organização de actividades tendo, nomeadamente, presente (face aos reduzidos limiares produtivos e outros) a relevância das condições de valorização de mercado.

Alguma literatura francesa, nomeadamente originária de trabalhos internos da DATAR³, tem vindo a “cunhar” o conceito de “economia do património” procurando enquadrar um complexo de actividades propiciadas por um perfil composto de recursos do território, recursos que alimentam oportunidades económicas que podem constituir uma alavanca do desenvolvimento económico local.

Na abordagem da DATAR, a valorização dos recursos do património possui um “efeito de arrastamento sobre numerosos sectores: turismo, construção, produções industriais tradicionais de qualidade, artesanato de arte e outros saberes fazer, empregos associados à melhoria do quadro de vida e do ambiente” (cf. *op. cit.*).

Os Pólos de Economia do Património, constituem um conceito que não tem tradição em Portugal, enquanto referência de estruturação de actividades, área de interesse para a iniciativa empresarial e modo de ocupação de jovens e activos com competências escolares e profissionais. No entanto, o aproveitamento económico das procuras geradas pelos fluxos de visitantes dos territórios, alimenta um segmento de actividades dirigidas à restauração, ao alojamento hoteleiro, à animação, ao fabrico artesanal e à comercialização de “recordações”, às lojas e “ateliers” de artesãos, às actividades cerâmicas, à organização de eventos de reconstituição histórica, etc.

Em síntese, os Pólos de Economia do Património apresentam-se como uma aposta na valorização de actividades económicas e dos recursos materiais, que não só conferem diferenciação territorial e contribuem para a revitalização económica e ambiental das comunidades locais, como também representam oportunidades de emprego e de fixação de competências (ofícios da construção, do alojamento e restauração, da animação e da cultura, da comunicação, do ambiente e do quadro de vida).

³ VIRASSAMY, Catherine (2002), *Les pôles d'économie du patrimoine*, DATAR, La Documentation française.

Se entendermos tomar como contexto territorial de referência desta problemática a Região Autónoma dos Açores, esta oferece-nos um mosaico bastante rico em termos de recursos do território e com níveis de complementaridade assinaláveis:

- vertentes de carácter cultural (arquitectónico, monumental, histórico-religioso, antropológico, etnográfico, ...):
- recursos de natureza vincadamente económico-produtiva (complexo de actividades das economias rurais, entre a tradição e a modernidade, designadamente em domínios específicos das produções agro-pecuárias e agro-alimentares e do turismo rural);
- recursos do ambiente e recursos hídricos, onde avultam sítios da Rede Natura, fontes e ribeiras, lagos e lagoas, recursos que se encontram à mercê das externalidades negativas geradas, nomeadamente, pela produção leiteira intensiva e seus derivados e da carne, com consequências na sustentabilidade ambiental dos territórios rurais;
- recursos físicos constituídos por fenómenos geológicos de interesse científico, educativo e lúdico, com capacidade diferenciadora mesmo a nível europeu e mundial.

Na perspectiva da valorização económica dos recursos do território e de alguma estruturação das economias rurais dos Açores, salientamos nesta comunicação os elementos do património geológico regional. Estes recursos constituem um capital precioso cuja utilização tem assumido características difusas e dependentes, sem limiares de aproveitamento susceptíveis de gerar receitas que contribuam, nomeadamente, para a sua conservação.

Este documento tem em vista quatro objectivos essenciais: (i) relevar os recursos do património geológico, enquanto “activos do território”; (ii) perspectivar o geoturismo, como modalidade de aprofundamento destes recursos do território; (iii) esboçar um programa de desenvolvimento geoturístico dos Açores; (iv) contextualizar as inter-relações entre o geoturismo e o desenvolvimento rural, procurando enquadrar pela positiva os condicionamentos de natureza ambiental.

Património geológico e ecossistemas

O progresso do conhecimento científico tem vindo a evidenciar a profunda e íntima ligação entre os processos e sistemas geológicos e os ecossistemas que ocorrem no nosso planeta, identificando a Terra como o grande sistema de suporte da vida, tal como a conhecemos. Por este facto, a compreensão dos processos geológicos e a preservação das estruturas que testemunham a sua diversidade e complexidade têm suscitado um interesse crescente da comunidade geológica, com a estruturação de uma série de iniciativas, diversidade que resulta de ser comum encarar esta problemática num contexto mais alargado, ou seja, no contexto geológico e mineiro, no qual as preocupações da preservação da memória e cultura industrial associada à exploração dos recursos têm um papel central.

Neste enquadramento, o património geológico surge como toda a manifestação geológica que nos facilita a compreensão e o conhecimento que nos permite reconhecer, estudar e interpretar a evolução histórica da Terra, bem como dos processos que a modelaram⁴.

Na última década do século passado o volume de iniciativas orientadas para a identificação, preservação e valorização do património geológico, conheceu um grande impulso. Este movimento teve também uma notável expressão no nosso País, com a formação de fortíssimas correntes de opinião pública que impuseram ao poder político difíceis e dispendiosas decisões, como foram a construção do túnel da CREL e a aquisição da pedreira do Galinha para a preservação de trilhos de pegadas de dinossáurio (quem não recorda as campanhas do Prof. Galopim de Carvalho?). Fruto do inegável impacte destes movimentos na opinião pública e nas autoridades, existe hoje uma sensibilidade muito alargada das autarquias para a valorização do seu património geológico e mineiro, embora quando confrontada com outros interesses, particularmente os de natureza imobiliária, aqueles valores se revelem de difícil afirmação.

Existe internacionalmente uma crescente preocupação com a preservação do património geológico que encontra acolhimento no Convénio para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural, adoptado pela UNESCO, as Reservas da

⁴ Carvajal, D.J., González, A., (2002), "La contribución del patrimonio geológico y minero al desarrollo sostenible", *Coloquio sobre el Patrimonio Geológico y Minero en Iberoamérica*, Santa Cruz de la Sierra, Bolivia.

Biosfera, do Programa Homem e Biosfera, também da UNESCO, o Convénio Ramsar, sobre zonas húmidas, e o Tratado do Antártico. Em 1996 a IUGS (International Union for Geological Sciences) lançou o Programa GeoSites, cujo objectivo é a elaboração de um inventário e de uma base de dados dos lugares de interesse geológico no plano mundial, na óptica da sua preservação.

No plano europeu muitos países têm vindo a lançar iniciativas neste género, realçando-se a realização do 1º Simpósio Internacional sobre a Protecção do Património Geológico, em Digne-Les-Bains, em 1991. A partir desta data têm-se realizado muitas Jornadas e Congressos que proporcionaram a troca de experiências e também a criação e consolidação do quadro científico conceptual da actividade.

GEPARKS Um modelo de gestão do património geológico
Com o objectivo de potenciar o aproveitamento do património geológico a UNESCO tem vindo a desenvolver um programa de lançamento do International Network of Geoparks. Também a UE, no quadro dos programas LEADER, LEADER II e LEADER+, lançou a iniciativa European Geoparks Network, a qual integra, presentemente, 12 áreas em 7 países. A ideia central é a de implementação de estratégias territoriais de desenvolvimento sustentável com base na valorização do património geológico. A integração na rede de Geoparks pressupõe: ☑ a identificação de um território com um ou mais sítios de interesse científico, com base em razões geológicas mas a que se devem acrescentar valores de natureza arqueológica, ecológica e cultural; ☑ a existência de um modelo de gestão que potencie o desenvolvimento sócio-económico sustentável (de preferência baseado no geoturismo); ☑ a existência de mecanismos de conservação e de realce da herança geológica que forneçam meios para o ensino de disciplinas geocientíficas e questões ambientais de carácter geral; ☑ o estabelecimento de uma parceria entre os poderes públicos, as comunidades locais e entidades privadas; ☑ a criação de uma rede global que evidencie a adesão e o exercício das melhores práticas relativamente ao património geológico e a sua integração em estratégias de desenvolvimento sustentável.

Cite-se, a título de exemplo a realização em Portugal do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro, organização conjunta do IGM e do SEDPGYM, Beja (2001). Presentemente existe uma Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico (ProGEO), com agentes em diversos países, entre os quais Portugal. No plano internacional merece referência a iniciativa da UNESCO para a criação de uma Rede Global de Sítios Geológicos (Geótopos ou Geo-sítios) que contribuam para a preservação do Geosfera-Biosfera. Desde 1997 a UNESCO vem preparando o Programa Geoparks (cf. caixa), definindo Geopark como uma área protegida, com limites bem definidos, que encerra um

conjunto de lugares com especial importância científica, singularidade ou beleza, e

representativos da história geológica de uma região, dos acontecimentos e dos processos da sua formação. Para além destas características podem também estar-lhe associados valores arqueológicos, ecológicos, históricos ou culturais.

Pode dizer-se que a questão do património geológico integra hoje a agenda e missão da generalidade dos serviços geológicos nacionais⁵ que têm vindo a executar programas de inventariação sistemática, caracterização científica e uma acção de sensibilização das autoridades e da opinião pública, bem como participando em abordagens pluridisciplinares desta problemática. Em Portugal, foi concluído, muito recentemente, um inventário deste tipo realizado pelo ex-Instituto Geológico e Mineiro e que em breve deverá estar disponível na “internet”.

As acções de inventariação têm que ser conjugadas com iniciativas legislativas para a criação de um quadro de protecção e preservação dos geótopos, que condicione, ou impeça mesmo, as intervenções antrópicas as quais, se não forem devidamente planeadas e adequadas aos valores a preservar podem conduzir a danos irreparáveis ou mesmo à sua destruição. Em Portugal Continental tem sido o DL 19/93, de 23 de Janeiro, em vigor para a protecção da natureza e que estabelece as normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas, o instrumento utilizado na protecção do património geológico⁶. Com base nesta legislação estão classificados 32 geótopos no Continente. Existe, contudo, o sentimento generalizado que esta legislação não é a mais adequada à protecção do património geológico, por implicar um processo administrativo demasiado longo, além de se constatar a existência de sensibilidade assimétrica relativamente aos valores geológicos e biológicos, em detrimento dos primeiros.

Nos Açores, com a sua enorme riqueza geológica, resultado dos processos vulcânicos que geraram as ilhas do Arquipélago, as questões do património geológico têm suscitado interesse, muito particularmente os estudos espeleológicos das cavidades vulcânicas⁷. Em 1998, pela Resolução 149/98, de 25 de Junho, foi criado um grupo de trabalho multidisciplinar com o objectivo de proceder à recolha de informação e bibliografia existente sobre cavidades vulcânicas, inventariação, classificação e

⁵ Féraud, J., Martins, L., Philippon, J., (2001), “Les impératifs de valorisation économique et touristique du patrimoine représenté par d’anciens sites miniers : le rôle des services géologiques européens auprès des archéologues”, **Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro**, Beja, Portugal

⁶ Barros Oliveira, S., G., (2001), “Património geológico português: legislação e consequências”, **Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro**, Beja, Portugal

⁷ Costa, M. P., Barcelos, P.J., (2001), “Cavidades vulcânicas dos Açores”, **Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro**, Beja, Portugal.

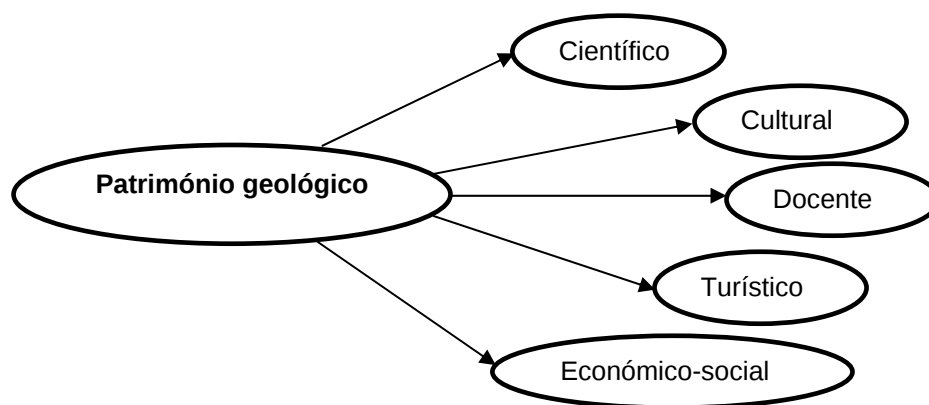
mapeamento, bem como a elaboração de propostas de medidas cautelares e promoção de acções de sensibilização para a importância das cavidades vulcânicas. Presentemente estão identificadas 192 grutas e algares vulcânicos, alguns com formas únicas de fauna e flora.

Muito recentemente, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, através do DLR 24/2004/A, de 14 de Julho, com base naquele DL e no DLR 21/93/A, de 23 de Setembro, instituiu como monumento natural regional a caldeira da Ilha Graciosa.

Do património geológico ao geoturismo como forma de uma economia do território

Desde cedo se foi impondo o carácter complexo e multidisciplinar das questões do património geológico, com componentes nos planos educativo, científico, cultural e económico, identificando-se como uma forma de colocar o património ao serviço da sociedade e, muito particularmente, ao serviço das comunidades locais, quase sempre carentes de valores e meios de suporte económico.

O Diagrama seguinte representa esquematicamente o que vimos comentando⁸:



Ao realçar os planos turístico e económico-social da preservação do património geológico este modelo vem sublinhar o aspecto central desta apresentação, o qual consiste numa chamada de atenção para a sua valia económica, integrando-a numa relevante actividade da Região Autónoma dos Açores: o turismo.

⁸ Lacaba, R. G., Torrens, R. B., Fernández, R. M., R., "Evaluación y conservación del patrimonio geológico-mineiro en Cuba ",Coloquio sobre el Patrimonio Geológico y Minero en Iberoamérica, Santa Cruz de la Sierra, Bolivia.

Com efeito, o turismo tem vindo a ser identificado como um dos motores do desenvolvimento regional, particularmente das suas formas com menor impacto ambiental, quando estamos a lidar com sistemas ambientais sensíveis e com limitada capacidade de carga, que desaconselham a opção por um turismo de massas e, simultaneamente, a criação de uma oferta de qualidade, diversificada no seu elenco, diferenciada e diferenciadora de outros destinos, dirigida a estratos específicos do mercado.

Nesta perspectiva enquadra-se, o **ecoturismo**, entendido como “forma de turismo especializado e dirigido que se desenvolve em áreas com atractivos naturais especiais e se enquadra nos parâmetros do desenvolvimento humano sustentado. O ecoturismo procura o recreio, a divulgação e a educação do visitante através da observação, o estudo dos valores naturais e dos aspectos culturais com ele relacionados”⁹.

O **geoturismo**, como forma de ecoturismo, permite um desfrute mais amplo do recreio de ar livre, conjuntamente com as observações da flora, da fauna e da paisagem em geral. Permite a sensibilização ambiental ao dar a conhecer melhor a Terra e a sensibilizar para a dinâmica dos sistemas que a integram, cuja actividade permanente permitiu a formação das rochas, a modelação da paisagem, a geração de recursos naturais e, o mais notável de tudo, o aparecimento da vida.

Muitos locais pertencentes ao património geológico dos Açores são susceptíveis de aproveitamento turístico, ampliando o elenco da oferta turística da Região e criando emprego e prosperidade económica para os prestadores de serviços turísticos. Das inter-relações possíveis uma se impõe de imediato: o turismo rural e o ecoturismo, nas suas outras formas que não o geoturismo.

Destas considerações pode formular-se uma visão estratégica para o geoturismo:

O geoturismo é uma forma de valorização do território, nomeadamente no plano económico, podendo integrar um leque diversificado de serviços turísticos e de outras actividades com forte inserção nas economias rurais. Paralelamente, as necessidades de conservação do património e de preservação ambiental das áreas envolventes alimentam um conjunto de actividades com relevância empregadora.

⁹ Molina, J., Mercado, M., “Patrimonio geológico minero y geoturismo. Enfoque conceptual y de casos en Colombia”, *Coloquio sobre el Patrimonio Geológico y Minero en Iberoamérica*, Santa Cruz de la Sierra, Bolivia.

Elementos para um programa de desenvolvimento geoturístico dos Açores

O Arquipélago dos Açores, como já se referiu brevemente, reúne condições muito favoráveis ao aproveitamento geoturístico. Para tal, basta referir as inúmeras formas vulcânicas (caldeiras, grutas e algares de origem vulcânica) e outras manifestações que condicionam ou condicionaram fortemente a vida insular:

- os vestígios de erupções vulcânicas históricas, de que realçamos o vulcão dos Capelinhos;
- as diversas manifestações fumarólicas, com destaque para as Furnas;
- as estâncias termais com águas quentes; e, realização única no território nacional;
- o aproveitamento geotérmico da Ribeira Grande para a produção de electricidade, como exemplo notável de sensibilização para as energias alternativas ou renováveis.

A 2ª fase de implementação do PRODESA, que visa o desenvolvimento sustentável do turismo açoreano, muito particularmente a atenuação da sua sazonalidade, pode constituir uma oportunidade para o lançamento de um programa que proporcione o aproveitamento do potencial geoturístico do Arquipélago.

Um programa deste tipo basear-se-ia nos juízos de avaliação proporcionados pelo conhecimento directo da situação¹⁰:

- os fenómenos vulcânicos têm estabelecido uma relação com o turismo de tipo passivo – são motivos de interesse que compõem e animam viagens pelo território;
- os fenómenos vulcânicos só pontualmente têm beneficiado de algum esforço de infra-estruturação de suporte à fruição em visita e/ou de estudo;
- está hoje identificada uma procura consistente para a visita, estudo e interpretação de motivos geológicos, com tendência a compor estadas e a fazer despesa/gerar receitas;
- a notoriedade do destino turístico açoriano pode beneficiar da integração inteligente de uma vertente associada à gestão da paisagem vulcânica.

¹⁰ “Memorandum técnico de abordagem preliminar às potencialidades do Geoturismo açoriano” (2004), Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

A realização de um programa deste tipo envolveria acções de carácter transversal (dirigidas à generalidade dos geótopos e à definição de parques geológicos) e projectos de incidência local (valorização de parques individuais) e que poderia ser faseado do modo a seguir apresentado.

1ª Fase – Conhecimento. Esta fase deverá contemplar, entre outras, as seguintes componentes de diagnóstico:

- inventariação de sítios e sua categorização (identificar os monumentos naturais e os parques naturais);
- identificação dos riscos actuais à sua preservação;
- elaboração de um conjunto de propostas para a entidade territorial competente que oriente a sua gestão;
- criação de legislação de enquadramento para a gestão da área (*inclusive* promovendo o seu reconhecimento internacional);
- proposta de estudos complementares para uma cabal caracterização do geo-elemento e encomenda desses estudos a entidades competentes (universidades, serviço geológico nacional, ...).

No caso do geo-elemento (geótopo ou monumento ou parque) ser já objecto de um aproveitamento turístico, isto é, estar acessível a viajantes, importa avaliar sucintamente o modelo de gestão, particularmente da sua adequação de sustentabilidade, elaborando proposta de intervenção para a conservação e proposta de desenvolvimento, a aprofundar numa 2ª fase.

2ª Fase – Intervenção. Esta fase deverá contemplar a definição de acções e iniciativas, em vista da concretização operacional do Programa.

- selecção de um número restrito de geoelementos;
- elaboração de projecto específico, a desenvolver por entidade de reconhecida competência neste domínio, e em articulação com a(s) actual(is) entidade(s) gestora(s) do território no qual ocorre o geoelemento.

Estes projectos devem apresentar uma proposta específica de actuação, contemplando, nomeadamente:

- a definição de um conceito global de exploração;

- a oferta de serviços lúdico-culturais do parque, nela incluindo os percursos culturais, a informação de suporte, etc.;
- a identificação do público-alvo do empreendimento;
- a formulação de um modelo de gestão, muito particularmente identificando o seu promotor e sua articulação com a população local;
- a análise financeira da sua viabilidade (cálculo do investimento, dos custos de exploração e vias de financiamento, preço dos serviços);
- as acções de promoção do empreendimento, em articulação com a restante oferta turística.

Notas conclusivas

Os pontos anteriores procuram sistematizar um conjunto de elementos que, na perspectiva desta comunicação, possuem potencial próprio na óptica do desenvolvimento das economias rurais. Destaquem-se, em síntese:

- fenómenos geológicos susceptíveis de atrair uma procura diversificada, com motivações científicas, educativas e lúdicas;
- activos do território com poder diferenciador na oferta de produtos turísticos de base rural local;
- localização territorial dos recursos/fenómenos geológicos propícia à estruturação de um produto turístico compósito designadamente na relação que pode estabelecer com o mosaico de actividades das economias rurais.

Este último aspecto sugere um olhar atento para os instrumentos de promoção do desenvolvimento regional, designadamente para o P.O. Regional.

O PRODESA acolhe, no plano dos princípios e orientações, as preocupações latentes de desenvolvimento sustentado do sector do turismo nos Açores referenciando, nos objectivos específicos, a atenuação da sazonalidade da procura.

A tipologia de projectos é muito agregada encontrando referências genéricas à construção e requalificação de estruturas físicas e equipamentos de apoio a diversas actividades (incluindo os trilhos turísticos) e à divulgação e publicidade em meios de grande impacto referindo, no entanto, a “organização sistemática de visitas educacionais”.

Embora não sejam identificadas referências explícitas aos recursos do geoturismo, as duas “escapatórias” assinaladas podem proporcionar condições para a apresentação, com adequada fundamentação técnica, de um projecto ancorado no aproveitamento turístico da diversidade de fenómenos geológicos, com particular ênfase nos de natureza vulcânica, existentes em diversas Ilhas dos Açores.

Este projecto, que poderia partir do Programa apresentado no ponto anterior, corresponderia justamente a desenvolvimentos no terreno do aproveitamento económico com motivação turística do(s) projecto(s) técnico(s) mencionados/propostos no ponto anterior.

A concretização das perspectivas de aproveitamento de recursos do território referenciadas pressupõe uma interpretação dinâmica e persuasiva dos instrumentos de financiamento, segundo as vocações e tipologia de elegibilidade das componentes e segundo, também os volumes de investimento que estão em causa. Com este objectivo destacam-se duas vertentes de investimento (e também de actuação política):

- ⇒ No contexto dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural-local (Medida do PRODESA, LEADER+, INTERREG III - B e C), seria desejável equacionar a concepção e implementação de projectos medeados por objectivos de investimento económico e geração de emprego, no quadro do aproveitamento de oportunidades económicas para as produções locais (agro-alimentares, agro-pecuárias, artesanais, ...).
- ⇒ No contexto dos apoios ao investimento no domínio do ambiente e do ordenamento (Medidas do PRODESA, PDRu, INTERREG III B e C, ...) afigura-se indispensável concretizar investimentos previstos no âmbito dos programas de acção para as zonas vulneráveis da Região (bacia hidrográfica de oito lagoas), a par do controlo de restrições obrigatórias definidas para o uso e ocupação dos solos.

Finalmente, o complexo de actividades genericamente associadas aos “recursos do território” deveria beneficiar de acções de promoção e divulgação, com enquadramento dos recursos geo-turísticos na oferta regional, contribuindo para reforçar a notoriedade do destino turístico açoreano e, através dessa alavanca, para reforçar as condições de valorização económica daqueles recursos.